

FUNDAÇÃO PIO XII

CGC-MF: 49.150.352/0001-12

REG Nº CNAS Nº 242.299/78

Rua 20, nº 221 - CEP: 14.780-070

Barretos/SP

Reconhecido como utilidade

Lei Estadual nº 2.224/79

Lei Municipal nº 3.166/78

Relatório do Conselho de Curadores - Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de apresentar o Balanço Patrimonial, relativo ao exercício de 2017 e as demais Demonstrações Financeiras do Auditor Independente, relativo ao mesmo período. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Barretos 29 de abril de 2018 Presidente do Conselho de Curadores

FUNDAÇÃO PIO XII

Balancos Patrimoniais Consolidados Levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes – sem restrição		2.782	4.920
Caixa e equivalentes – com restrição	3.1	4.227	2.276
Aplicações financeiras – sem restrição	03	7.178	13.883
Aplicações financeiras – com restrição	03	90.982	104.687
Títulos de capitalização – com restrição	3.3	10.592	6.726
Contas a receber	04	20.540	19.343
Títulos a receber	05	19.430	6.676
Estoques		22.910	19.795
Adiantamentos		4.674	1.788
Despesas diferidas		1.242	1.109
Impostos a recuperar		29	110
Outros ativos circulantes	06	7.669	8.676
Total ativo circulante		192.255	189.989

NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos Judiciais		631	402
Contas a receber		627	627
Investimento		1.899	1.799
Imobilizado líquido – sem restrição	07	466.134	405.321
Imobilizado líquido – com restrição	7.1	144.844	113.360
Intangível	08	3.360	2.770
Total ativo não circulante		617.495	524.279

TOTAL DO ATIVO

809.750 **714.268**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO PIO XII

Balancos Patrimoniais Consolidados Levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

PASSIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE			
Fornecedores		23.827	26.074
Obrigações sociais	09	8.131	7.334
Obrigações fiscais		1.985	1.785
Empréstimos e financiamentos	10	30.662	22.552
Contingências		-	24
Provisão de férias e encargos		12.681	11.223
Subvenções governamentais relacionadas a ativos	14	-	8.679
Subvenções a realizar	15	121.893	124.898
Provisão honorários médicos		14.643	14.032
Parcelamentos		32	24
Depósito Garantidor	3.3	10.472	6.642
Outros passivos circulantes		1.179	1.050
Total passivo circulante		225.505	224.317

NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	10	451	690
Contingências	19	28.110	28.282
Subvenções governamentais relacionadas ativos	14	153.066	108.403
Parcelamentos		629	614
Total passivo não circulante		182.256	137.989

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio líquido		401.989	351.962
Total do patrimônio líquido		401.989	351.962

TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

809.750 **714.268**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO PIO XII

Demonstração do Resultado Consolidado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de Reais

	Nota	2017	2016
RECEITAS			
Receita de convênio – SUS		190.142	178.876
Receita outros convênios		2.646	1.930
Receita de particulares		657	684
Receita de Pesquisa Clínica		6.337	4.407
Receita de Treinamentos	27	6.398	7.298
Doações e subvenções	11, 12, 13, 13.1	327.006	287.254
Receita de Gestão AME	25 e 26.1	19.349	18.247
Receita de Gestão Pública - Rondônia	26	23.550	18.150
Outras Receitas		7.829	4.968
Total das receitas		583.914	521.814

Receita operacional líquida			
Depreciações assistenciais		(15.797)	(12.997)
Custos dos serviços assistenciais prestados		(293.702)	(273.511)
Superávit Bruto		274.415	235.306

DESPESAS			
Outras despesas		(128.969)	(118.799)
Administrativas e gerais		481	1.366
Depreciação e amortização		(23.088)	(19.133)
Tributárias		(1.486)	(757)
Total das despesas		(240.131)	(226.215)

Superávit (déficit) operacional

34.284 **9.091**

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Outras despesas		(3.336)	(5.681)
Resultado alienação imobilizado		481	1.366
Receita Títulos de Capitalização	3.3	22.495	10.833
Total de outras receitas (despesas) operacionais		19.640	6.518

RESULTADO FINANCEIRO			
Receita financeira		2.441	1.937
Despesa financeira		(6.338)	(4.679)
Total de outras receitas (despesas) operacionais		(3.897)	(2.742)

Superávit/(déficit) do exercício

50.027 **12.867**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO PIO XII

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

	Fundo Social	Reserva de Reavaliação	Doações e subvenções Patrimoniais	Superávit (Déficit) Acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	296.648	37.141	5.306	-	339.095
Transferência para Fundo Social	37.141	(37.141)	-	-	-
Superávit do exercício	-	-	-	12.867	12.867
Transferência para Fundo Social	12.867	-	-	(12.867)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	346.656	-	5.306	-	351.962
Superávit do exercício	-	-	-	50.027	50.027
Transferência para Fundo Social	50.027	-	-	(50.027)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	396.683	-	5.306	-	401.989

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO PIO XII

Demonstrações de Fluxo de Caixa Consolidado

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de Reais

	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do período	50.027	12.867
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	38.885	32.523
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado	541	341
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo intangível	3	-
Constituição/(reversão) de contingências	(196)	3.568

Redução (aumento) do ativo		
Títulos de capitalização	(3.866)	(6.726)
Contas/Títulos a receber – líquido de provisão	(13.951)	(8.085)
Estoques	(3.115)	(1.345)
Adiantamentos	(2.886)	815
Despesas Antecipadas	(133)	263
Outros ativos	859	1.299

Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	(2.247)	4.874
Obrigações Sociais	997	821
Subvenções a realizar	(3.005)	(22.584)
Provisão honorários médicos	611	1.395
Provisão de Férias	1.458	1.402
Depósito Garantidor	3.830	6.642
Outros passivos	36.136	44.801

Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais

103.948 **72.871**

ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de investimentos	(100)	(498)
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(132.316)	(97.396)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	(132.416)	(97.894)

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	26.777	21.648
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(18.906)	-
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos	7.871	21.648

Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes

(20.597) **(3.375)**

Caixa e equivalentes no início do período	125.766	129.141
Caixa e equivalentes no fim do período	105.169	125.766

Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes

(20.597) **(3.375)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO PIO XII

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Pio XII é uma instituição sem fins lucrativos e reconhecida juridicamente como sendo de utilidade pública. Tem por objetivo o atendimento médico – hospitalar e ambulatorial a pacientes que necessitem do tratamento cancerológico, especialmente, aqueles que não possuam recursos ou são considerados como de baixa renda, bem como ensino e pesquisa e para a realização de suas atividades, mantêm as seguintes unidades:

Filial	CNPJ	Nome Fantasia
1	49.150.352/0001-12	Fundação Pio XII – São Judas
2	49.150.352/0003-84	Fundação Pio XII – Bahia
3	49.150.352/0002-01	Fundação Pio XII – Antenor Duarte Vilela
4	49.150.352/0005-46	Fundação Pio XII – Creche
5	49.150.352/0004-65	Fundação Pio XII – Alojamento Motorista
6	49.150.352/0006-27	Fundação Pio XII – Pensionato 31
7	49.150.352/0007-08	Fundação Pio XII – Captação de Recursos
8	49.150.352/0008-99	Fundação Pio XII – Jales
9	49.150.352/0009-70	Fundação Pio XII – AME Cirúrgico
10	49.150.352/0010-03	Fundação Pio XII – AME Clínico
11	49.150.352/0011-94	Fundação Pio XII – IRCAD
12	49.150.352/0012-75	Fundação Pio XII – Fernandópolis
13	49.150.352/0013-56	Fundação Pio XII – Carretas
14	49.150.352/0014-37	Fundação Pio XII – São José do Rio Preto
15	49.150.352/0015-18	Fundação Pio XII – Hospital Infantil
16	49.150.352/0016-07	Fundação Pio XII – Porto Velho
17	49.150.352/0017-80	Fundação Pio XII – Ji-Paraná
18	49.150.352/0018-60	Fundação Pio XII – Campo Grande
19	49.150.352/0019-41	Fundação Pio XII – Nova Andradina
20	49.150.352/0020-85	Fundação Pio XII – Notre Dame
21	49.150.352/0021-66	Fundação Pio XII – Área de Apoio
22	49.150.352/0022-47	Fundação Pio XII – Campinas
23	49.150.352/0023-28	Fundação Pio XII – Lagarto
24	49.150.352/0024-09	Fundação Pio XII – Palmas
25	49.150.352/0025-90	Fundação Pio XII – Macapá
26	49.150.352/0026-70	Fundação Pio XII – Rio Branco

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade que levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros para preparação de suas demonstrações financeiras.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração de receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumento financeiro

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Os valores das contas a receber são contabilizados considerando o regime de competência de suas operações.

Estoques

O método de avaliação de estoques é o da média ponderável móvel e, em geral, compreendem os materiais de utilização na operação da Entidade (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo, etc.).

Imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2017.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Contas a pagar aos fornecedores:

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. O prazo médio de pagamento das contas a pagar de fornecedores é de 30 dias.

Provisões

As provis

7. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO – SEM RESTRIÇÃO

Descrição	Taxa Anual %	Saldo			Transf. R\$	Saldo 31.12.2017 R\$
		31.12.2016 R\$	Adições R\$	Baixas R\$		
Custo						
Terenos	-	18.760	2.203	(17)	-	20.946
Imobilização em andamento	-	44.179	74.026	-	(17.150)	101.055
Beneficiários em bens de terceiros	2	14.378	0	-	-	14.378
Edificações	2	321.530	277	(180)	17.150	338.777
Móveis, aparelhos e equipamentos	10	93.970	4.929	(916)	90	98.073
Equipamentos cirúrgicos	10	25.678	1.364	(598)	-	26.444
Computadores e periféricos	20	18.765	2.338	(257)	(1)	20.845
Biblioteca	10	54	-	-	-	54
Equipamentos para laboratório	10	11.339	1.458	-	-	12.797
Instalações	10	81	-	-	-	81
Veículos	20	11.412	1.582	(445)	-	12.549
Obras de Arte		62	-	-	-	62
Gestão pública		8.105	236	-	-	8.343
Total		568.313	88.416	(2.413)	89	654.404
Depreciação Acumulada						
Beneficiários em bens de terceiros		(2.090)	(573)	-	-	(2.663)
Edificações		(61.154)	(11.498)	2	-	(72.650)
Móveis, aparelhos e equipamentos		(53.770)	(8.447)	824	-	(61.393)
Equipamentos cirúrgicos		(18.614)	(1.138)	566	-	(19.186)
Computadores e periféricos		(9.685)	(2.213)	224	-	(11.674)
Biblioteca		(47)	(4)	-	-	(51)
Equipamentos para laboratório		(5.031)	(1.204)	-	-	(6.235)
Instalações		(51)	(7)	-	-	(58)
Veículos		(8.083)	(1.364)	260	-	(9.187)
Gestão pública		(4.467)	(706)	-	-	(5.173)
Total		(162.992)	(27.194)	1.876	-	(188.270)
Total		405.321	61.261	(637)	89	466.134

7.1. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO COM RESTRIÇÃO

Descrição	Taxa Anual %	Saldo			Transf. R\$	Saldo 31.12.2017 R\$
		31.12.2016 R\$	Adições R\$	Baixas R\$		
Custo						
Beneficiários em bens de terceiros	2	1.284	-	-	-	1.284
Móveis, aparelhos e equipamentos	10	52.163	8.375	(2)	200	60.736
Equipamentos cirúrgicos	10	10.041	663	0	-	10.704
Computadores e periféricos	20	4.976	2.853	(5)	33	7.857
Equipamentos para laboratório	10	7.538	5.857	-	-	13.395
Veículos	20	5.913	2.533	-	-	8.446
Edificações	2	5.382	-	-	36.285	41.667
Imobilizado em andamento	0	38.990	22.102	-	(36.607)	24.395
Total		126.157	42.383	(7)	(89)	168.444
Depreciação Acumulada						
Beneficiários em bens de terceiros		(196)	(52)	-	-	(248)
Edificações		(13)	(167)	-	-	(180)
Móveis, aparelhos e equipamentos		(7.548)	(5.728)	1	-	(13.275)
Equipamentos cirúrgicos		(1.996)	(1.014)	-	-	(3.010)
Computadores e periféricos		(568)	(1.280)	2	-	(1.838)
Equipamentos para laboratório		(1.249)	(1.073)	-	-	(2.322)
Veículos		(1.237)	(1.492)	-	-	(2.729)
Total		(12.797)	(10.806)	3	-	(23.600)
Total		113.360	31.577	(4)	(89)	144.844

8. MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL

Descrição	Taxa Anual %	Saldo			Transf. R\$	Saldo 31.12.2017 R\$
		31.12.2016 R\$	Adições R\$	Baixas R\$		
Custo						
Marcas e patentes	20	24	-	-	-	24
Licença de uso de softwares		3.346	597	(36)	-	3.907
Gestão pública		811	16	-	-	827
Licença de uso de softwares (rest.)		2.041	905	-	-	2.946
Total		6.222	1.518	(36)	-	7.704
Amortização Acumulada						
Licença de uso de softwares		(2.531)	(353)	33	-	(2.851)
Gestão pública		(654)	(62)	-	-	(716)
Licença de uso de softwares (rest.)		(267)	(510)	-	-	(777)
Total		(3.452)	(925)	33	-	(4.344)
Total		2.770	593	(3)	-	3.360

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2017	2016
Salários a pagar	5.619	5.110
INSS a recolher	1.089	881
FGTS a recolher	1.400	1.297
Outros	23	46
Total	8.131	7.334

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Tipo	Venc.	Taxa juros	2017			2016
				Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total	
Banco do Brasil	Conta Garantida	24/04/18	0,94 % /a.m	17.961		17.961	-
Safra	Conta Garantida	25/04/18	1,01 % a.m	871		871	-
Santander	Conta Garantida	12/4/18	1,02 % a.m	7.031		7.031	-
Banco Lage Landen S/A	LEASING	20/03/21	1,93 % a.m	246	616	862	1.129
Bradesco S/A	Conta Garantida	03/05/18	0,95 % a.m	2.851		2.851	2.327
Bradesco S/A (Ircad)	Conta Garantida	06/06/18	0,96 % a.m	295		295	-
Bradesco S/A	RNDSPSI – 045-040055-8	15/10/19	0,2870% a.m	67	55	122	189
Itaú S/A	Conta Garantida	14/07/18	0,94 % /a.m	1.428		1.428	20.000
Encargos financeiros	Juros			(88)	(220)	(308)	(403)
Total				30.662	451	31.113	23.242

11. SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS PÚBLICOS ESPECÍFICOS PARA CUSTEIO

Durante os exercícios de 2017 e de 2016, a entidade recebeu subsídios através de convênios firmados com órgãos federais, estaduais e municipais, cujos valores estão contabilizados em receitas:

	2017	2016
Federais	70.984	21.885
Municipais	62.790	64.193
Estaduais	42.607	54.396
Subvenções específicas - AME	142	266
Parcerias	215	2.396
Total	176.738	143.136

12. SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS PÚBLICOS ESPECÍFICOS PARA INVESTIMENTO

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores decorrentes de "subvenções para investimento" no momento do reconhecimento da despesa de depreciação.

	2017	2016
Subvenções Federais	7.635	4.802
Outros	3.488	1.447
Total	11.123	6.249

13. DOAÇÕES PARA CUSTEIO

	2017	2016
Pessoa Jurídica	47.918	44.482
Pessoa Física	458	551
Promoção de eventos	992	2.195
Doações de Captação	89.750	90.641
Total	139.118	137.869

13.1 DOAÇÕES PARA INVESTIMENTO

	2017	2016
Pessoa Física	27	-
Total	27	-

14. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS RELACIONADAS A ATIVOS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores decorrentes de Subvenção e Assistência Governamentais, conforme abaixo:

	2017	2016
Passivo Circulante	-	8.679
Passivo não Circulante	153.066	108.403
Total	153.066	117.082

15. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS À REALIZAR

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores decorrentes de Subvenção e Assistência Governamentais, conforme abaixo:

	2017	2016
Passivo Circulante	121.893	124.898
Total	121.893	124.898

16. ATENDIMENTOS AO SUS – PORTARIA n.º 834 – Ministério da Saúde

Em atendimento a legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e decreto n.º 7.237/10 revogado pelo decreto n.º 8.242/14 a Entidade apurou percentual de atendimento SUS de 100%, incluindo Fundação Pio XII e Gestão SUS.

Em atendimento a legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e decreto n.º 7.237/10 revogado pelo decreto n.º 8.242/14 e Portaria n.º 834 - Ministério da Saúde a Entidade apurou percentual de atendimento SUS de 100% de Internações Hospitalares, medidas por pacientes dia, e 100% de pacientes SUS no total de atendimentos Ambulatoriais realizados pelo Hospital. O Hospital apurou percentual de atendimento SUS de 100% de Internações Hospitalares, medidas por pacientes dia, e 100% de pacientes SUS no total de Atendimentos Ambulatoriais.

17. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2017 e de 2016, correspondem aos montantes de R\$ 36.400 e de R\$ 33.348 mil, respectivamente.

18. DECISÃO JUDICIAL – IMUNIDADE PIS

A entidade não está recolhendo os pagamentos do PIS – Programa de Integração Social com base em Decisão Judicial que concedeu Antecipação de Tutela suspendendo a cobrança. Dessa forma, a Administração optou em não recolher e não constituir provisão.

19. CONTINGÊNCIAS

A Entidade possui processos fiscais, trabalhistas e cíveis, em andamento e fase de defesa que envolve responsabilidades contingenciais. A Administração da Entidade, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências no valor de R\$ 28.110 mil em 31 de dezembro de 2017 (Em 2016 – R\$ 28.282 mil) para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

20. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a entidade tem os tributos mencionados abaixo com base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre FOPAG, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IPVA, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

21. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Durante o exercício de 2017 a Entidade apurou e contabilizou em contas de "receitas e despesas", um custo de R\$ 235 mil (R\$ 238 mil em 2016) decorrente de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade mantém cobertura de seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles.

A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

24. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

As transações entre partes relacionadas foram efetuadas em condições semelhantes às realizadas com partes não relacionadas.

Empresa	Operação	2017	
		Resultado	Ativo/Passivo
IBF Industria Brasileira de Farmoquímicos S/A	Prestação de Serviços	1.323	(15.193)
HCB Unidades Móveis S/A	Prestação de Serviços	(2.217)	(2.204)

Empresa	Operação	2016	
		Resultado	Ativo/Passivo
IBF Industria Brasileira de Farmoquímicos S/A	Prestação de Serviços	(1.278)	(15.742)
HCB Unidades Móveis S/A	Prestação de Serviços	(713)	(698)

25. CONTRATO DE GESTÃO AME CIRURGICO

A Fundação foi habilitada como Organização Social da área da saúde, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, através do Despacho do Secretário Adjunto respondendo pelo Expediente nº 107 de 10 de junho de 2009. O Ambulatório Médico de Especialidades Barretos – AME Barretos / Unidade de Cirurgia Ambulatorial oferece atividades cirúrgicas em hospital dia, e institui um serviço que ofereça qualidade e resolutividade. O contrato foi assinado em 25 de março de 2010, com vigência de 5 anos, sendo publicado no Diário Oficial no dia 26 de março de 2010, poder executivo, seção I. Foi assinado novo contrato no dia 09 de março de 2015, com vigência de 5 anos, sendo publicado no Diário Oficial no dia 10 de março de 2015, poder executivo, seção I. Durante o exercício de 2017 a Entidade recebeu o valor de R\$ 8.641 mil (R\$ 7.987 mil em 2016), consequentemente foram executados os serviços mencionados no quadro abaixo:

Foram executadas seguintes atividades em 2017:

a) DEMONSTRATIVO DE PRODUÇÃO

DESCRIÇÃO	REALIZADO
nº de consultas médicas	13.443
nº de consultas/procedimentos terapêuticos não médicos	4.824
nº de cirurgias	8.583
nº de SADT Externo	-

b) COMPARATIVO DE META E PRODUÇÃO

DESCRIÇÃO	CONTRATADO	REALIZADO	%
nº de Primeiras Consultas Médicas	2.400	2.577	7,38
nº de Interconsultas Médicas	6.000	6.148	2,47
nº de Consultas Subseqüentes Médicas	3.600	4.718	31,06
nº de Consultas não Médicas	4.200	4.824	14,86
nº de Cirurgias de Maior Complexidade (CMA)	6.180	6.355	2,83
nº de Cirurgias de Menor Complexidade (cma)	1.800	2.228	23,78
nº de SADT Externo	-	-	-

25.1. CONTRATO DE GESTÃO AME CLÍNICO

A Fundação foi habilitada como Organização Social da área da saúde, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, através do Despacho do Secretário Adjunto respondendo pelo Expediente nº 107 de 10 de junho de 2009. O Ambulatório Médico de Especialidades Geral de Barretos – AME-G Barretos oferece atividades ambulatoriais, consultas e exames, e institui um serviço que ofereça qualidade e resolutividade. O contrato foi assinado em 22 de junho de 2011, com vigência de 5 anos, podendo ser renovado, sendo publicado no Diário Oficial no dia 23 de junho de 2011, poder executivo, seção I. Para o ano de 2013 foi assinado o Termo Aditivo nº 01/13 em 28 de dezembro de 2012, sendo publicado no Diário Oficial no dia 29 de dezembro de 2012. Durante o exercício de 2017 a Entidade recebeu o valor de R\$ 10.708 (10.260 mil em 2016), consequentemente foram executados os serviços mencionados no quadro abaixo:

Foram executadas seguintes atividades em 31.12.2017:

a) DEMONSTRATIVO DE PRODUÇÃO

DESCRIÇÃO

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC TA 700 – item 40(b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas.

A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas, não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de abril de 2018.



SGS Auditores Independentes
CRC 2 SP 020.277/O-5

Presley José Godoy
CRC 1 SP 185.052/O-5

Rodovias estaduais estimam circulação de 2 milhões de veículos até terça-feira



REGIÃO: Rodovias devem registrar aumento da circulação de veículos

As concessionárias integrantes do Programa de Concessão de Rodovias do Governo do Estado implantaram operações especiais para garantir maior conforto, segurança e agilidade aos usuários que viajaram no fim de semana prolongado do Dia do Trabalho. As empresas que administram os 8,3 mil quilômetros de rodovias

concedidas no Estado estimam que aproximadamente 2 milhões de veículos devem circular pelas rodovias que têm acesso à região metropolitana de São Paulo. No caso do fluxo para as cidades do interior, a previsão é que até 830 mil veículos passem pelo Sistema Anhanguera-Bandeirantes entre saída e chegada à Capital até terça-feira (1º de maio).

Geral



Dupla vence concurso “Música Tema Barretão 2018”

Música vencedora será gravada por artistas que estarão na 63ª Festa do Peão

A música “Véio Barretão” da dupla Túlio & Gabriel, de Sorocaba, é a vencedora do concurso “Música Tema Barretão 2018”. Foram inscritas mais de 120 composições de artistas do Brasil avaliadas pela organização da 63ª Festa do Peão de Barretos e também por equipe de músicos profissionais.

O diretor cultural de Os Independentes, Pedro Muzeti, declarou que a seleção foi bem concorrida. “Como tinha muita música boa buscamos uma que apresenta conteúdo, animação e que temos certeza que vai cair no gosto do povo. Estamos ansiosos por ver o resultado final com as vozes de diversos artistas, incluindo a dupla autora”, afirmou.

A música “Véio Barretão” receberá vozes de artistas que estão na programação da Festa e



MÚSICA: Dupla Túlio & Gabriel é a campeã do Concurso Música Tema Barretão 2018

também da dupla Túlio & Gabriel. Após a produção final ela será usada em diversas mídias e redes sociais para divulgação do evento que acontece em agosto.

A 63ª Festa do Peão de Barretos acontece de 16 a 26 de agosto reunindo os maiores competido-

res do rodeio nacional e internacional, os principais campeonatos e também grandes nomes da música sertaneja no Brasil. Entre os shows já confirmados pela organização estão a estreia internacional Shania Twain, que sobe ao palco do evento no dia 18 de

agosto, mesma data da Rainha da Sofrência Marília Mendonça. Anitta, Cleber & Cauan e Jefferson Moraes estão na programação do dia 16, quinta-feira. Simone & Simaria e Jorge & Mateus se apresentam no dia 17 e no dia 19 estão Marcos & Belutti e Mano Walter.

Centro universitário incentiva produção científica de professores e alunos

Sempre que se fala em Ciência e pesquisa logo vem à mente um cenário distante e fora da realidade da maior parte da população, mas acontece que o resultado deste trabalho possui maior impacto no cotidiano de todos do que se imagina. “O desenvolvimento de pesquisas científicas gera muitos benefícios à sociedade, como por exemplo formulações de fármacos mais eficazes, produção de vacinas, caracterização ambiental visando o manejo adequado dos recursos naturais, entre outros”, explica Matheus Henares, docente e coordenador de pós-graduação do Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos.

Segundo Henares, o Unifeb conta hoje com a atuação de aproximadamente 75 doutores, dos quais mais de 60 estão envolvidos em pesquisas científicas inseridas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Estes projetos abrangem também os alunos da instituição. Atualmente são cerca de 80 estudantes diretamente ligados aos projetos, entre os quais

mais da metade possui bolsas de estudos. “Dentro do Unifeb, a pesquisa científica tem papel relevante, pois permite aos pesquisadores e estudantes adquirir conhecimento prático e, sobretudo, científico acerca de um questionamento. Como todo processo de avanço do aprendizado envolve respostas a uma questão central, a realização de pesquisas científicas nas diversas áreas do conhecimento permite a investigação das variáveis, os efeitos e os processos que conduzem ao resultado final”, explicou.

O coordenador destaca que a realização da pesquisa científica também permite ao estudante o aprendizado no que diz respeito ao desenvolvimento uma redação técnica refinada. “Isso se deve ao fato da necessidade de buscar na literatura especializada resultados existentes que se assemelham, ou não, àqueles que o pesquisador espera alcançar em sua pesquisa”, afirmou.

IMPACTO

Entre os atuais projetos desenvolvidos dentro da instituição, um se

destaca por seu impacto direto na comunidade de Barretos e região. Financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e intitulado “Dinâmica longitudinal do ribeirão das Pitangueiras, Barretos/SP e efeitos das atividades antrópicas na distribuição espacial e temporal da comunidade de macrófitas aquáticas”, o projeto implica no conhecimento da qualidade ecológica da água do córrego Pitangueiras, principal fonte de abastecimento superficial de água para aproximadamente 50% da população barretense. O estudo tem duração de dois anos.

INDÚSTRIA

A indústria também se beneficia das pesquisas realizadas pela comunidade acadêmica. Entre os exemplos estão alguns projetos coordenados pelo professor Claudinei da Cruz, também financiados pela FAPESP e do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Cesp. Um dos projetos tem como objetivo realizar o controle de plantas aquáticas

cas. O coordenador conta que esta é uma pesquisa que pode trazer melhorias nos usos múltiplos da água, tais como geração de energia, navegação, pesca, lazer e captação de água para cidades e indústrias.

Outro tem foco na avaliação da segurança ambiental de produtos utilizados na prevenção de mexilhão dourado em turbinas de hidroelétricas. “O principal benefício é a geração de energia elétrica sem a necessidade de interrupção para manutenção das turbinas geradoras, além de assegurar o uso de produtos seguros para o ambiente”, explica o professor.

REVISTA

Para ampliar a divulgação deste tipo de trabalho, o Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos criou, em 2006, a revista “Ciência e Cultura”, uma publicação semestral com trabalhos originais, revisão de literatura, relato de caso e desenvolvimento de metodologias ou técnicas, em português ou inglês, produzidos por alunos e pesquisadores da própria instituição e de outros centros de pesquisa.